



**Ministério
das Finanças**

Direção Geral do Património e de
Contratação Pública

Av. Amílcar Cabral
CP nº 102, Plateau, Praia
Telf: (+238) 260 74 71
PBX: (+238) 260 74 00

EDITAL JUSTIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA DE DOMÍNIO

Nos termos do art. 2º do Decreto-Lei nº 35/2017, de 17 de agosto, a Direção Geral do Património e de Contratação Pública, torna público que se encontra correndo os seus termos pela Repartição de Finanças de Santa Cruz, Ilha de Santiago, um processo de justificação administrativa de domínio, visando confirmar que não existe dono conhecido para efeito da sua integração no domínio privado do Estado, ao abrigo do artigo 1342º do Código Civil, de um prédio urbano destinado a **Residência Estudantil**, composto por (3) três pisos, construído de pedras e blocos, coberto com laje de betão armado, rebocado e pintado por dentro e fora, com uma área total de 4682.1 m², situado em São Jorge, Concelho de São Lourenço dos Órgãos, Ilha de Santiago, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de São Lourenço dos Órgãos sob o número 1051/0, confrontando a Norte, Sul, Este e a Oeste com a Estrada Principal.

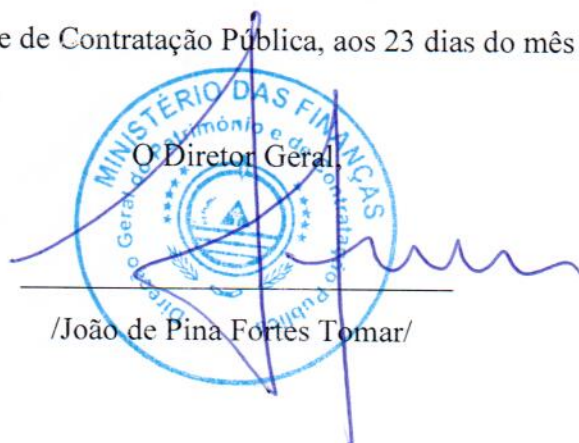
Assim, para obtenção de primeira inscrição predial para suprir a falta de documento de prova do direito, nos termos do artigo 133º do Código de Registo Predial, faz saber aos eventuais interessados que, no prazo de **30 (trinta) dias** a contar da segunda e última publicação do anúncio no jornal “Expresso das Ilhas”, devem apresentar, na supramencionada Repartição, sua reclamação acompanhada de documentos que comprovem que adquiriram, por um modo legal de adquirir, o prédio objeto de justificação, sob pena de indeferimento do pedido.

Na reclamação devem os interessados indicar logo a área em relação à qual é deduzida a reclamação e as confrontações precisas, com levantamento topográfico, sob pena da reclamação não ser atendida.

Faz ainda saber aos interessados que nessa mesma Repartição se acham depositadas a certidão matricial e a planta de localização, poderão ser consultadas nas horas normais de expediente.

A Direção Geral do Património e de Contratação Pública, aos 23 dias do mês de outubro de 2018.

O Diretor Geral,



/João de Pina Fortes Tomar/



República Cabo Verde

Câmara Municipal de São Lourenço dos Órgãos

CERTIDÃO MATRICIAL

Nº 140 C / 2018 Para efeito de: Fins Convenientes

Requerente: Património Do Estado De Cabo Verde

PROPRIETÁRIOS

Nome: Património Do Estado De Cabo Verde

PRÉDIO

Matriz: URBANA Nº 1051/0 Freguesia: SÃO LOURENÇO DOS ÓRGÃOS

Localização: Sao Jorge

Confrontações

Norte: Estrada Principal

Sul: Estrada Principal

Este: Estrada Principal

Oeste: Estrada Principal

Área: 4682.1 m2

Valor Matricial: 800,000.00 (Oitocentos Mil Escudos)

Descrição: Prédio Urbano destinado a residência estudantil, composto por três pisos, construído de pedras e blocos, coberto com laje de betão armado, rebocado e pintado por dentro e fora.

CONTA - DUC Nº 3281033

Selo	0\$00
Emolumentos	0\$00
Impresso	0\$00
Total	0\$00

Isento nos termos da lei.

EMISSÃO

Emitido por: Cmslo - Iup - Manuel Semedo Lopes Santos
Em: 07-09-2018

Cobrado por:

Secretário
[Assinatura]
Contra Prova/Validation Code:

@003210100000328103341@

003210100000328103341

Certidão processada por computador e autenticada com o carimbo a óleo em uso nesta Câmara Municipal.



MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DOS ÓRGÃOS

PLANTA DE LOCALIZAÇÃO

Número de Identificação Predial

Inscrição Matricial

Alvará N.º

Confrontações

Norte

Estrada Principal

Sul

Estrada Principal

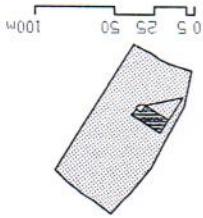
Este

Estrada Principal

Oeste

Estrada Principal

Informação Planimétrica



Área Construída

Área Verde

Área Coberta

189,97 m²

Área Descoberta

4492,13 m²

TOTAL:

4682,10 m²

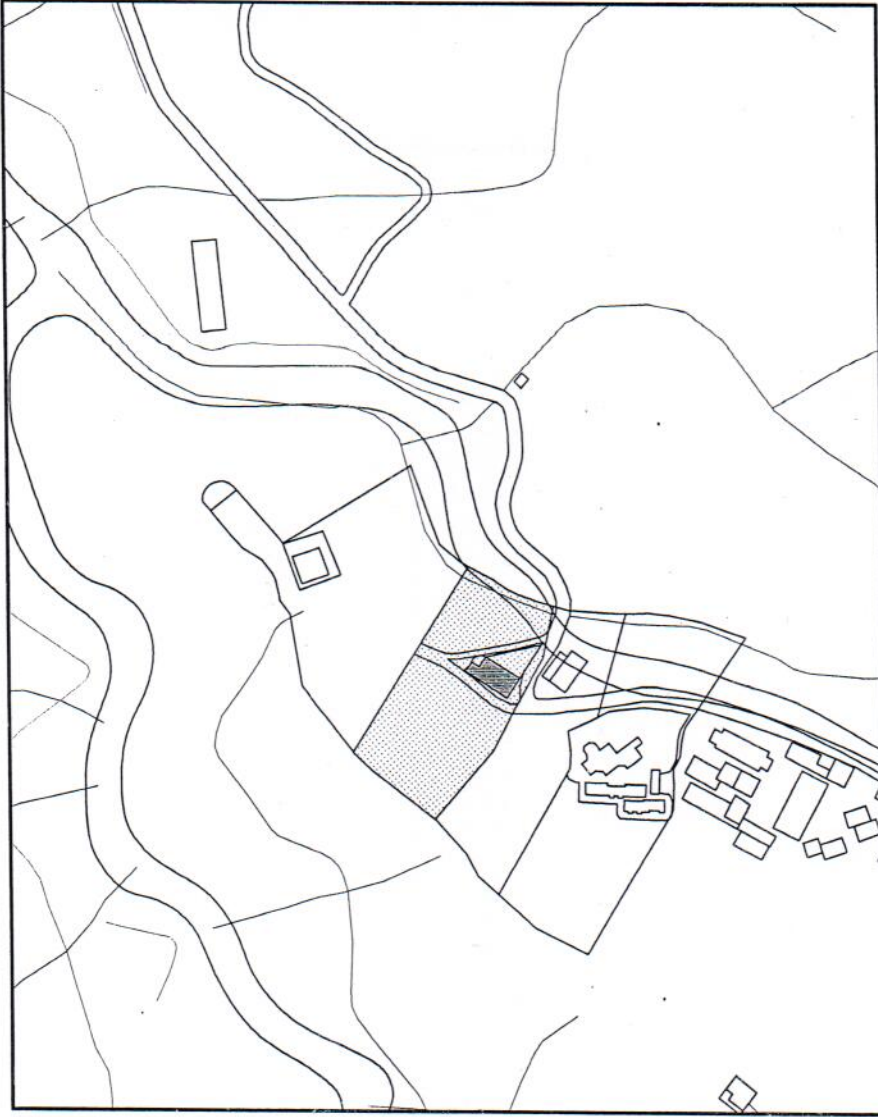


Prop.: Câmara Municipal de S. Lourenço Órgãos

Local: São Jorge - Órgãos

Obs.: Conforme o PDM este lote localiza-se dentro da área do Aglomerado Rural. Relativamente aos parâmetros de construção, consultar o artigo 37º de regulamento. Altura máxima 7,00 metros ----- N.º de Pisos (R/C+1)

Divisão de Planeamento



Venda

Aforramento

Atualização

Legalização

Escala. 1:2000

Cidade de João Teves, 04 Setembro de 2018

O Director-CEPOT

